

A VARIAÇÃO DA CONCORDÂNCIA DE GÊNERO NOS TONGAS: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA
O ENTENDIMENTO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Norma da Silva Lopes (PPGEL / UNEB)
norma-lopes@uol.com.br

RESUMO:

Este texto tem como objetivo fazer um panorama da variação da concordância de gênero nos Tongas, comunidade que aprendeu o português como segunda língua em contexto de escravidão em São Tomé, na África. O estudo faz um confronto com os resultados encontrados por Lucchesi, em 1999, usando dados de Helvécia, no sul da Bahia, e essa comparação serve para a melhor compreensão da formação do português brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE:

Variação de gênero; Concordância; Tongas; Português brasileiro.

Há quem cite um falar crioulo, ou dialeto crioulo ou simplesmente um crioulo na história do português do Brasil. Entre os autores, há mais divergências na forma de entenderem o crioulo do que a respeito das influências dos africanos ou indígenas no português do Brasil. A existência desse crioulo é a explicação que alguns deles dão para um português diferenciado no Brasil.

Desde Coelho (1967), em fins do século XIX, colocou-se a variedade do português do Brasil em meio a diversos falares crioulos do português. A variação da concordância nominal foi referida por ele para justificar a aproximação que fez. Dentro dessa visão, Silva Neto (1976, p. 36) considera que existiam muitas semelhanças entre o português dos índios e negros, na época da colonização do Brasil, e diz que a razão da proximidade se justifica pelo tipo de contato que eles tiveram com o português: “aprenderam o português como língua de emergência, obrigados pela necessidade.” Ele observa que muitos africanos que foram transplantados para o Brasil já trouxeram um crioulo-português, oriundo das costas da África.¹

Essa idéia é pautada, segundo ele mesmo diz, nas características do próprio português do Brasil e de línguas crioulas: “... rigorosa observação dos nossos falares rurais, aliada ao estudo comparado, das adaptações do português feitas na África e na Ásia, levar-nos-ia à aceitação de um estado lingüístico paralelo no Brasil-Colônia.” (SILVA NETO, 1976, p. 48).

O “grau” desse falar crioulo varia, dependendo do grau de imersão na cultura européia da região em que o português é falado e do percentual de brancos em relação aos índios, negros e mestiços. A fala dos “matutos ou caipiras”, segundo o autor, hoje

¹ Por crioulo ou semicrioulo ele entende que é “... uma adaptação do português no uso de mestiços, aborígenes e negros. Caracterizava-se, como em geral esse tipo de linguajares, pela extrema simplificação de formas, e, talvez nos primeiros anos, algum traço lingüístico devido a fenômenos de *interferência* de outra língua.” (SILVA NETO, 1976, p. 48).

no Brasil, apresenta vestígios desse crioulo. Diante das interpenetrações entre as populações rurais e urbanas, nas cidades, há marcas desse falar nos iletrados ou em pessoas de pouca escolarização. Como é a escola, na sua opinião, que promove o “reaportuguesamento”, ele é mais intenso nas cidades. Um dos vestígios apontado desse crioulo é o “desaparecimento da flexão numérica por meio de *-/s/*: *os livro, as mesa*” (p. 135).

Sobre esse assunto, e concordando com essa mesma idéia, Houaiss (1985, p. 119) acrescenta que a existência de um falar “tipo crioulizante” é indiscutível. São algumas das características “pan-brasileiras” do português, que ele considera de uso quase geral nos iletrados, apresentadas no seu texto, como indícios desse crioulo: o desaparecimento do *r* final; a presença de marca de plural no sintagma uma única vez, eliminando a redundância; a “instabilização” do *-/l/* final; a redução dos ditongos *ou* e *ei*, dentre outras. Ele diz que os crioulos sempre tendem à redução das redundâncias.²

Na atualidade, os lingüistas entendem o crioulo como uma língua resultante de simplificação e fazem uma distinção entre *pidgins*³ e crioulos. Enquanto os *pidgins* “são sistemas lingüísticos reduzidos, sem falantes nativos, usados em contextos funcionalmente restritos de comunicação interétnica”, o crioulo “é uma variedade mais complexa, ‘*full fledged*’, funcionalmente irrestrita”. De Graff (1999, p. 3)⁴.

Os estudiosos relacionam o crioulo a um processo de invasão e escravização, envolvendo uma língua européia, sempre a língua alvo, e línguas diversas das populações dominadas, que se tornam substrato da formada. A língua do dominador, nessa situação, é considerada alvo porque o objetivo do escravizado é aproximar-se dela. Para a existência dessa língua, é preciso que algumas condições sejam satisfeitas, dentre elas, segundo Bickerton (1988), que o número de não-europeus, em determinado momento, seja superior ao de europeus. A extensão de tempo entre o início do contato entre as línguas e esse momento define a maior ou menor “diluição” da língua alvo nessas línguas. Quanto mais se retardar esse momento, mais traços da língua alvo o crioulo terá.

Considera-se a possibilidade de aqui terem existido processos de crioulização no Brasil porque este país viveu durante muitos séculos a situação de escravidão, apesar de o “evento” não ter ocorrido no país como um todo, mas em apenas alguns pontos isolados. Sabe-se que, para que um crioulo se forme, é preciso que não haja um outro sistema lingüístico em comum e essa parece ter sido a situação vivida no Brasil (mas não nos centros urbanos) e na maior parte das concentrações de escravos no mundo, formadas por falantes de diversas origens e utilizando línguas diferentes. Esses dados é que levam os pesquisadores à suposição da crioulização prévia no português do Brasil.

Foram diversos os estudos que já foram feitos sobre fenômenos variáveis no

² “Por seu isolamento e por suas limitações de necessidades físicas e mentais, os crioulos tenderam sempre à eliminação das chamadas redundâncias do sistema languageiro de origem. Idealmente é como se examinassem a frase ‘os meninos precisam ter dois pães’ e chegassem às seguintes conclusões: ‘os meninos’ é redundante, basta ‘os menino’ (pois o plural continua aí marcado mais economicamente); ‘os menino precisam’ é ainda redundante, basta ‘os menino precisa’ (pois o plural continua aí marcado mais e mais economicamente)...” (HOUAISS, 1985, 116).

³ Assim como em Lucchesi & Baxter (no prelo), o termo *pidgin*, utilizado neste trabalho, tem o mesmo valor de *interlíngua*, referindo-se a uma segunda língua em processo de formação. Diferenças que se podem identificar dizem respeito a aspectos exteriores ao contexto estrutural.

⁴ “According to standard definitions, (early) pidgins (and jargons) are elementary reduced, simplified systems, without native speakers, and used in functionally restrict contexts of interethnic communication. (...) [creole] is a more complex, ‘*full fledged*’, and functionally unrestricted variety.”

português brasileiro que parecem fazer distinguir essa variedade da europeia dentre eles, certamente, o mais estudado foi a variação na marcação de plural no sintagma nominal, nas mais diversas regiões do país. Scherre (1989), Carvalho (1997), Lopes (2001) são apenas alguns deles. Em todos, seguindo os passos de Scherre (1989), foram consideradas as variáveis classe e posição (e posição relativa) dos elementos nucleares e não nucleares do sintagma nominal, saliência fônica e marcas nos elementos precedentes. Lopes (2001) salientou que, além da posição, a adjacência ao nome é um forte favorecedor da presença de marcas em elementos não nucleares do sintagma.

Segundo Rocha (1999, p. 211), o gênero dos nomes é indicado através de expediente sintático, em quase sua totalidade. Câmara Jr. (2004[1970]) adverte que todos os nomes têm gênero, mas bem poucos fazem referência a sexo, por somente poucos se referirem a animais sexuais, daí o gênero ter sido alvo de uma ‘incompreensão semântica de sua natureza’. Mesmo considerando apenas esses poucos seres sexuais, ainda há ‘desencontros’: vítima, por exemplo, (é feminino, mas pode ser homem ou mulher), criança (pode ser um ser do sexo masculino ou feminino), cobra (pode ser um animal macho ou fêmea).

Câmara Jr. (2004) diz que o gênero é uma distribuição em classes mórficas, para os nomes, assim como são as conjunções, para os verbos.

Concordando com Câmara Jr., Lucchesi diz, quanto ao gênero e ao número:

As categorias gramaticais de número e gênero associam-se, no plano semântico-lexical, essencialmente ao nome⁵ e se estendem, no plano sintático, através do mecanismo da concordância, aos termos que lhe determinam o sentido: o artigo, o adjetivo, o pronome e o numeral. Em um Sintagma como *as mais belas garotas*, os traços semânticos [-macho, -singular] se referem ao nome *garoto*, mas a sua expressão mórfica se estende a todos os constituintes flexionáveis⁶ do Sintagma Nominal. Através do mecanismo da concordância, os artigos, adjetivos, pronomes e numerais se flexionam em conformidade com o gênero e o número do nome a que se referem. (LUCCHESI, 1999)

Deve-se considerar, ainda, a arbitrariedade do gênero entre as línguas, a exemplo de: a caneta, português, *le stylo*, francês. Apesar da arbitrariedade, não é comum nem, portanto, freqüente, a variação na concordância de gênero entre falantes nativos a não ser entre crianças; isso é apenas comum entre falantes de 2ª. língua (L2). Tem-se, com esse trabalho, a hipótese de que a variação na concordância de gênero ocorra de forma acentuada nos Tongas, ora em observação, falantes de 2ª. língua do português. E o objetivo do trabalho é, ao estabelecer um paralelo com a análise de Lucchesi, poder contribuir para o entendimento do fenômeno no português afrobrasileiro e no português brasileiro.

O presente trabalho estuda, pois, uma variedade de português falada na ilha de São Tomé (na África Central Ocidental): o dialeto dos Tongas, descendentes de africanos contratados nos séculos XIX e XX para trabalharem nas grandes roças de cacau e café.

⁵De acordo com a moderna teoria da gramática, utiliza (Lucchesi) a designação de “nome” pela designação “substantivo” ou “nome substantivo”, utilizadas nas análises tradicionais.

⁶ Lanço mão dos neologismos “flexionável” ou “inflexionável” em gênero, ao invés das expressões tradicionais “variável, ou invariável em gênero”, com o intuito de evocar o processo morfológico da flexão, do qual efetivamente está se tratando aqui, pois entendo que a expressão tradicional evoca impropriamente o processo da variação.

Em termos das origens dos africanos, das condições de trabalho na roça Monte Café, e do contexto para a aquisição do português, segundo Baxter (2001), existem vários paralelos com os empreendimentos agrícolas brasileiros de início do século XIX.

Segundo informações de Baxter (2001), em Monte Café a grande maioria dos africanos era do interior do continente e chegavam sem conhecimentos do português. Na roça, mantiveram as suas próprias línguas e adquiriram o português como L2 através do contato. A presença das línguas africanas era sempre mantida e era sempre reformulado o português L2 pela renovação constante da população.

O dialeto português dos Tongas divergiu bastante do português dos administradores. Foi só na década de 1950 que as crianças Tongas tiveram pleno acesso à educação, o que levou ao uso de modelos de português mais próximos do português europeu.

Metodologia

O estudo aqui relatado é uma proposta inicial de análise do gênero em uma proposta sociolingüística. Utiliza-se *corpus* gravado e transcrito grafematicamente. Observou-se a fala de dezoito falantes distribuídos em três faixas etárias, dois gêneros.

O fato em observação consiste na busca do entendimento das razões da falta de marca de gênero em alguns contextos e na presença em outros; em suma, na busca de encontrar o mecanismo interno de funcionamento da língua, que controla esse sistema:

-êre é UMA COESA que um só, bocê ataca uma pesoa,

Memo trabaia NA EMPRESA.

Cu COBRA PRETO?

Nos dos primeiros dados, a concordância foi feita; no dado 3, não houve concordância.

Alguns dados dentre os observados foram descartados, por darem margem à dupla interpretação ou por não serem claros ou por possibilitarem mais de um gênero. Os seguintes, e outros como eles, foram considerados sem concordância, por utilizarem o gênero neutro ao invés do gênero devido pelo contexto (feminino)

Quê doente ISSOS COESA de febré, issos coesa assi.

tê mase puruque TUDO ISTÓRIA já eu contô.

Como esse é um trabalho preliminar, somente quatro variáveis estão aqui sendo observadas:

- 1) dependente – presença / ausência da concordância
- 2) gênero do falante – masculino, feminino;
- 3) faixas etárias: 1 , 2, 3;
- 4) Posição Relativa: A, B, D, E .

Resultados

A variável *gênero* do falante (masculino ou feminino) não foi selecionada pelo programa de regras variáveis, utilizado para as análises estatísticas. Foi a única variável não selecionada, o que indica que a análise não considerou que o fato de ser homem ou mulher se constitui em fator importante na escolha da variante a ser utilizada no

fenômeno da concordância de gênero: homens ou mulheres escolhem indiferentemente do seu gênero fazer ou não a concordância. Em percentuais, os homens têm 84% de concordância contra 85% das mulheres.

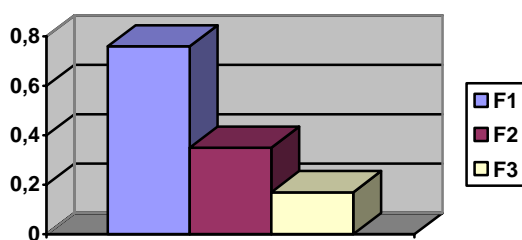
Apesar disso, o estudo da faixa etária apresenta um quadro surpreendente: a cada geração os Tongas adquirem visivelmente a concordância de gênero. A tabela a seguir apresenta detalhes dos resultados encontrados.

Tabela 1: Variação de Gênero nos TONGAS e FAIXA ETÁRIA

	F1	F2	F3	Total
Conc/Total	1909/1976 97%	976/1170 83%	630/995 63%	3506/4141
Peso Relativo	.76	.35	.17	85%

A análise revela um forte perfil aquisicional, que pode ser visto facilmente pelo gráfico 1.

Gráfico 1: Efeito da Idade na Concordância de Gênero nos Tongas



O estudo da variável faixa etária em comunidades falantes que adquiriram a língua a partir de modelos L2 revela que o status dos falantes mais jovens na 3ª geração se distancia bastante dos mais velhos. Os resultados em Helvécia demonstram um status aquisicional próximo a esse, tanto na análise mórfica, quanto na sintagmática. O quadro apresentado deixa entrever que a variedade dos Tongas, quando adquiriu o português como L2, usou muito pouca marca de gênero, que foi, pouco a pouco, adquirida, por força da escolarização e do contato com a língua alvo, em um processo semelhante ao da descrioulização.

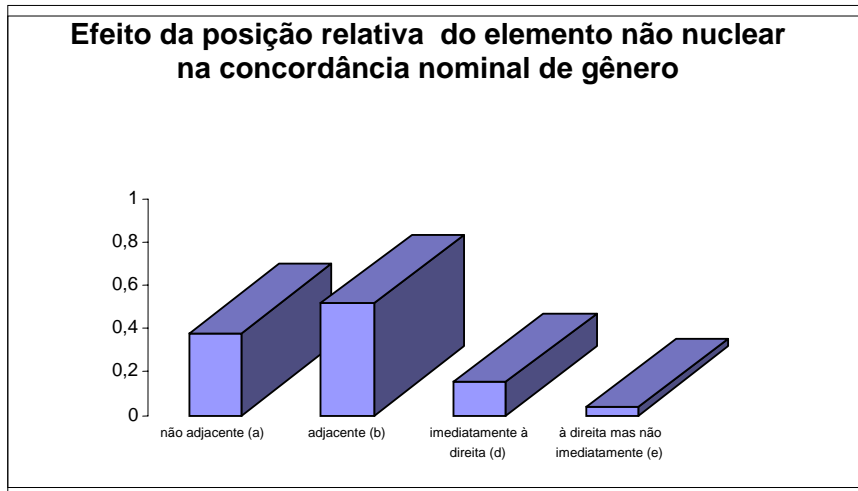
Variável Posição Relativa

A análise da interferência do tipo de estrutura do sintagma apresentou os seguintes resultados:

Tabela 2:

VARIÁVEL POSIÇÃO RELATIVA- EXEMPLOS
Posição A - mas NA nossa artura, é nós quando sê tem sete ano
Posição B – ere faz ismpuma, ESSE espuma é azeite
Posição D – ere faz ismpuma, ESSE espuma é azeite

Posição E – Mil vezes aqui é uma zona mais FRESCA que tem, zona mais alta.



Lucchesi (1999) dedicou-se à marcação de gênero em Helvécia, uma comunidade afro-descendente do sul da Bahia. Considerou que, dentre outros, são fatores que contribuem para entender a marcação de gênero em elementos não nucleares do sintagma nominal os seguintes: a saliência fônica; a estrutura do sintagma, mas o fator que contribui mais fortemente para a não marcação do gênero é a posição do constituinte à direita do nome, não adjacente a ele. No presente trabalho, pretendeu-se observar a variedade de português dos Tongas, comunidade africana que aprendeu a língua portuguesa como segunda língua em contexto de escravidão (como grande parte dos ancestrais da população brasileira), com o objetivo de estudar alguns aspectos lingüísticos e sociais relacionados ao fenômeno da variação da concordância de gênero no sintagma nominal, assim como o fez Lucchesi com os dados de Helvécia, em 2000. A variação desse fenômeno estudado na comunidade dos Tongas, ora em observação, com certeza deverá contribuir para o entendimento da variedade do português brasileiro, notadamente quanto à variação da concordância de gênero e, a partir dos seus resultados, deverá dar sua parcela de ajuda no esclarecimento do papel de Helvécia e de outras comunidades semi-isoladas na formação do português brasileiro. Devido a esse interesse, nesse momento passa-se a fazer um confronto com os resultados de Lucchesi (1999), na tabela 3 a seguir.

Tabela 3: Efeito da Posição Relativa na Concordância de Gênero nos Tongas e em Helvécia

Posições	TONGAS %	P.R.	HELVÉCIA
Esquerda não adjacente (A)	175/194 90%	.38	94% P.R. 38
Esquerda adjacente (B)	3355/3702 91%	.52	97% P.R. .54

Direita imediata (D)	110/133 83%	.15	79% P.R. .16
Direita não imediata (E)	6/9 67%	.04	62% P.R. .06

O estudo feito nos dados dos Tongas identifica um percentual semelhante de concordância nos itens não nucleares imediatamente à esquerda do núcleo, 90% de concordância, e itens não nucleares não imediatamente à esquerda do núcleo (91%). Analisando-se apenas os percentuais a impressão que se tem é a adjacência não é elemento favorecedor ou inibidor da concordância de gênero. Mas a revelação se dá na análise de regras variáveis: a esquerda não adjacente tem um peso relativo de .38 e a esquerda adjacente tem peso de .52. Ou seja, nos dados dos Tongas, a esquerda não adjacente chega a ser desfavorecedora, enquanto a adjacente fica em zona neutra. A Tabela 3 resume esses resultados, e os compara com os achados de Lucchesi (1999), e a partir da comparação pode-se perceber a semelhança entre eles. A análise parece revelar que entre as duas comunidades há em comum características quanto ao uso de normas da variação da concordância de gênero que podem estar associadas ao tipo de transmissão do português enfrentado pelas comunidades.

Neste texto, podemos chegar à conclusão de que

- as diferenças entre as faixas etárias nos Tongas mostram o caráter aquisicional da regra de marcação de gênero na variedade dos Tongas e
- ajudam a entender que, se em Helvécia a variação de fenômenos lingüísticos comuns a línguas que refletem realmente história de contato se dá a partir das mesmas restrições que em comunidade em que houve comprovadamente esse tipo de contato como nos Tongas,
- estamos certos nas nossas hipóteses sobre a formação do português brasileiro de que há uma base semelhante entre as duas variedades.

Referências

BAXTER, Alan N. *The development of variable number agreement in a restructured African variety of Portuguese*. Texto apresentado no Colóquio sobre Línguas Crioulas. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2001.

CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 36^a. ed. Petrópolis: Vozes: 2004[1970]

CARVALHO, Hebe Macedo de. *Concordância nominal: uma análise variacionista*. João Pessoa: UFPB, 1997. Mimeo. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa.

COELHO, F. Adolfo. Os dialectos românicos ou neo-latinos na África, Ásia e América. *In. Estudos lingüísticos crioulos*. Reedição de artigos publicados no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1967.

DeGRAFF, Michel. Creolization, language change and language acquisition: a prolegomenon. *In DE GRAFF, Michel (ed.). Language creation and language change: creolization, diachrony, and development*. Cambridge: The MIT Press,

1999

HOUAISS, Antônio. *O português do Brasil*. Rio de Janeiro: Unibrade, 1985.

LOPES, Norma da Silva. *Concordância nominal, contexto lingüístico e sociedade*. Salvador: UFBA, 2001. Tese de Doutorado.

LUCCHESI, Dante. *A variação da concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. Tese de Doutorado.

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. *Estruturas Morfológicas do português*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Reanálise da concordância nominal em português*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989. Tese de Doutorado.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 3a ed. Rio de Janeiro: Presença, 1976.